

Foi durante a Revolução Francesa em 1789, que se ouviu, pela primeira vez, a reivindicação do voto feminino. Porém a mulher portuguesa só teve direito a votar a partir de 1931, e só com a Constituição de 1976 viu consagrados os seus direitos em pé de igualdade com o homem.



Adelaide Cabete (1867-1935), médica; **Ana de Castro Osório** (1872 - 1935), escritora; e **Maria Veleda** (1871-1955), professora. Fundaram, em 1909, a «Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», dirigida pela última.



1910 Nova legislação estabelece a igualdade entre mulheres e homens no casamento. O «dever de submissão das esposas aos seus maridos» é suprimido. As consequências legais da infidelidade passam a ser iguais para mulheres e homens. O acesso ao trabalho na administração pública é autorizado às mulheres.

1911 É nomeada a primeira mulher para um cargo na Universidade, Carolina Michaëlis de Vasconcelos. É promulgada a nova lei eleitoral, mas o sufrágio universal não foi instituído – o direito de voto era reconhecido apenas a «cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família».



Ana de Castro Osório (à esquerda) com Carolina Beatriz Ângelo (à direita), primeira eleitora portuguesa. No dia 28 de maio de 1911, realizaram-se as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Valendo-se da omissão sobre o sexo na lei eleitoral, a médica e primeira cirurgia portuguesa, Carolina Beatriz Ângelo, reivindicou o seu direito de votar, invocando a sua qualidade de chefe de família, pois era viúva e mãe.

Para evitar que situações como esta se repetissem, foi aprovada, em 1913, a Lei Eleitoral da República onde, pela primeira vez, se determinava expressamente o sexo dos cidadãos eleitores: «... são eleitores (...) todos os cidadãos portugueses do sexo masculino» (...)

A mulher em Portugal na I República e no Estado Novo

1918 Aprovado o decreto que autorizava as mulheres a exercer advocacia (Regina Quintanilha fora a primeira mulher licenciada em Direito, em 1910).

1920 É autorizado o acesso das raparigas aos liceus dos rapazes.

1925 I Congresso Feminista.

1926 As mulheres são autorizadas a ensinar em liceus masculinos.

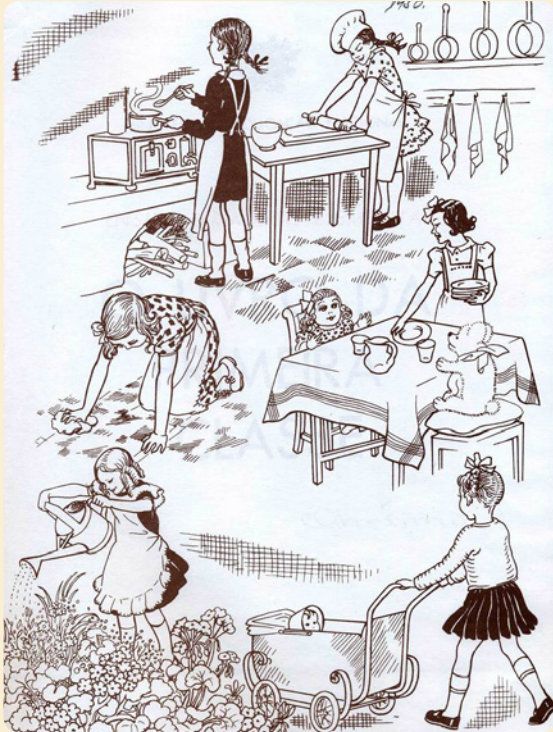
1931 O direito de voto às mulheres é concedido pela primeira vez em Portugal, restringido àquelas que possuísem curso universitário ou estudos secundários completos. Aos homens continuou a exigir-se somente que soubessem ler e escrever.

1933 A nova Constituição consagra a igualdade dos cidadãos perante a lei, exceção feita às mulheres, tendo em vista «as diferenças inerentes à natureza e também os interesses da família».



(ANTI)

Em 1934 nas eleições legislativas foram eleitas pela primeira vez três mulheres para a Assembleia Nacional: Domitília de Carvalho, Maria Guardiola e Maria Cândida Pereira. A sua intervenção na Assembleia restringia-se a questões consideradas como «naturalmente» ligadas à mulher: educação, saúde e assistência.



A educação integral da mulher incluía «o ensino de coser, bordar, cozinhar, fazer barrela, olhar pelo asseio da casa, talhar, conservar as peças de vestuário da família e o valor da higiene.» (Portaria 5060 /1927).

Excertos do *Livro da 1.ª Classe*, 1957.



Operadoras dos Telefones de Lisboa e do Porto e operárias numa fábrica (anos 60).



A dona de casa

Emilita é muito esperta e desembaraçada, e gosta de ajudar a mãe.

— Minha mãe: Já sei varrer a cozinha, arrumar as cadeiras e limpar o pó. Deixe-me pôr hoje a mesa para o jantar.

— Está bem, minha filha. Quando fores grande, hás de ser boa dona de casa



As mulheres constituíam grande parte da força de trabalho, em todos os setores económicos. Apesar disto, o Estado Novo via-as como tendo funções diferentes das dos homens: «Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil.» (António Oliveira Salazar, 1933).

A mulher em Portugal na I República e no Estado Novo



«A mulher ideal deverá ser boa dona de casa, mas sem maçar os outros com os acontecimentos caseiros, afetuosa para a família, pontual, discreta com os amigos, económica, sincera e leal, com bom génio, dócil, sincera, confiante, pouco tagarela e sem usar batom.»



«Raparigas da Mocidade, vesti com orgulho o fato de banho da Mocidade: ele fala por vós e diz aos que vos veem quem vós sois: verdadeiras raparigas alegres, saudáveis e puras.»

«Conselhos» da Revista da Mocidade Portuguesa Feminina (anos 50).

1967 O novo Código Civil continua a estabelecer que o marido é o chefe da família e que é ele que tem o poder de tomar as decisões relativas à vida conjugal.

1968 Deixou de ser necessária a autorização do marido para a mulher sair do país e autorização oficial para o casamento das professoras primárias.

1971 Primeira mulher no governo: Maria Teresa Lobo, subsecretária de Estado da Segurança Social.



«A mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, servindo-lhe uma cerveja bem gelada. Nada de incomodá-lo com serviços ou notícias domésticas.»

«Sempre que o homem sair com os amigos e voltar tarde da noite, espere-o linda, cheirosa e dócil.»

«Mulher, cuidado! Se o teu marido te auxiliar na criação do bebé, não deves abusar. O facto de o teu marido te substituir às vezes, adormecendo a criança, ou passeando-a no carrinho, não quer dizer que faças disso um hábito. Há mulheres que choram a sua desdita sem se aperceberam que a motivaram.»

«Conselhos» da Crónica Feminina. Tal como Salazar e a Mocidade Portuguesa Feminina, também as revistas femininas contrariavam o desejo de ascensão política e social da mulher (Crónica Feminina, anos 60).

Através de uma aplicação de leitura de QRcodes, utiliza um tablet ou smartphone para aceder rapidamente a todas as imagens deste desdobrável.



Maria de Lourdes Pintasilgo.

Presidiu ao «Grupo de Trabalho sobre a Participação das Mulheres na Vida Económica e Social», criado em 1970. Entre julho de 1974 e março de 1975, foi a primeira mulher ministra, com a pasta dos Assuntos Sociais.

Entre agosto de 1979 e janeiro de 1980, foi a primeira mulher nomeada primeira-ministra.

